



CENÁRIO ORGANIZACIONAL DA CONTABILIDADE GERENCIAL EM UMA COOPERATIVA DE RECICLAGEM: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA RECICLA PARANAÍBA (COOREPA)

SCENARIO OF ORGANIZATIONAL MANAGEMENT ACCOUNTING IN A COOPERATIVE RECYCLING: A CASE STUDY IN COOPERATIVA RECICLA PARANAÍBA (COOREPA)

ARAÚJO, Geraldino Carneiro de¹
CARDOZO, Bruno Diego Alcantara²

RESUMO: O objetivo deste artigo é descrever o cenário organizacional da contabilidade gerencial na Cooperativa Recicla Paranaíba (COOREPA). Empiricamente foi utilizada como estratégia de pesquisa o estudo de caso qualitativo, foi escolhida a COOREPA por ser referência no estado de Mato Grosso do Sul. A coleta de dados envolveu documentos, registros em arquivos, observação e entrevista. Os resultados são apresentados em três tópicos: histórico da cooperativa, responsáveis e controlados e principais decisões gerenciais. A contabilidade gerencial na COOREPA demanda atividades da universidade para acompanhamento e esclarecimentos, entretanto as decisões mais importantes são tomadas em grupo, ao passo que decisões rotineiras são tomadas pelo Conselho de Administração. O Conselho Fiscal averigua o trabalho do Conselho de Administração e ambos os conselhos ainda não são autogeridos, necessitam de suporte.

Palavras-chave: Cooperativa de Reciclagem. Contabilidade Organizacional. Tomada de Decisão. Responsáveis e Controlados.

ABSTRACT: *The purpose of this article is to describe the organizational setting of managerial accounting in Cooperativa Recicla Paranaíba (COOREPA). Empirically was used as a strategic research the qualitative case study was chosen to be COOREPA by reference in the state of Mato Grosso do Sul, data collection involved documents, files, observations and interviews. The results are presented in three sections: history of the cooperative, responsible and controlled, and major management decisions. Management accounting at COOREPA requires university activities for follow-up and clarification, but the most important decisions are made in a group, while routine decisions are made by the Board of Directors. The Audit Committee examines the w*

Keywords: *Recycling Cooperative. Organizational Accounting. Decision making. Managed and responsible.*

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade gerencial tem sido um tema muito discutido no ambiente acadêmico, são variadas as abordagens metodológicas e teóricas. Diante desse fato é importante esclarecer que não se objetiva neste trabalho diferenciar a contabilidade financeira de contabilidade gerencial, nem mesmo apresentar Balanços Patrimoniais muito menos Demonstrações do Resultado do

¹Bacharel em Administração, Mestre em Agronegócios e Doutor em Administração. Docente na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/ Campus de Paranaíba (UFMS/CPAR). E-mail: geraldino.araujo@ufms.br

²Bacharel em Administração (UFMS/CPAR) e Mestrando em Administração pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/ Escola de Administração e Negócios (UFMS/ESAN). E-mail: brunodiegocardozo@gmail.com

Exercício. É a contabilidade gerencial que se utiliza de artefatos da contabilidade para o processo de tomada de decisão, com base nos dados objetivos e não objetivos que os gestores decidem o que é preciso ser feito (FREZATTI et al., 2009; VAZ; ESPEJO, 2015).

Sociedades cooperativistas apresentam diferenças das sociedades empresariais (LIMA, 2005), nesse sentido é relevante mostrar como se organiza as questões gerenciais e contábeis de uma cooperativa de reciclagem. O ambiente cooperativista tem características solidárias, democráticas e autogestionárias (SINGER, 2002; CARDOZO et al., 2015). Nesse aspecto se pergunta: Qual o cenário organizacional da contabilidade gerencial de uma cooperativa de reciclagem? O objetivo deste artigo é descrever o cenário organizacional da contabilidade gerencial de uma cooperativa de reciclagem.

Para responder a tal questionamento e alcançar tal objetivo procurou-se a evidênciação do histórico do empreendimento econômico solidário, sua estrutura em termos organizacionais e os papéis, responsabilidades e responsáveis pela gestão da cooperativa. É oportuno lembrar que a consolidação da Política de Resíduos Sólidos (PNRS), especificada pela lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, fornecem subsídios aos empreendimentos solidários já que viabilizam coleta seletiva e restituição de resíduos sólidos de maneira apropriada, que é o caso das cooperativas de reciclagem (BRASIL, 2010).

O artigo encontra-se organizado em cinco seções. Nesta primeira foram apresentadas as considerações introdutórias sobre a temática, a questão de pesquisa e o objetivo. Na seção seguinte é discutida a fundamentação teórica sobre contabilidade gerencial e cooperativa de reciclagem. Na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa. Na seção quatro os resultados da pesquisa quanto ao cenário organizacional da cooperativa em estudo. Na quinta seção são apresentadas as considerações finais e na sequência as referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica discute a contabilidade gerencial, buscando na teoria conceitos e definições, para então tratar a contabilidade no contexto das cooperativas, por fim, trata das cooperativas de reciclagem.

2.1 Contabilidade gerencial e cooperativa de reciclagem

A contabilidade gerencial se utiliza de instrumentos para auxiliar a interpretação dos resultados levantados na contabilidade financeira. Cabe aos gestores saber gerenciar os recursos organizacionais (materiais, pessoas, patrimônio, financeiro e tecnológico) da melhor forma possível. Isso ocorre mais facilmente quando há dentro da organização pessoas que traduzem os conceitos contábeis em ações práticas, entretanto pequenos empresários, na maioria das vezes, contam apenas com o apoio de um contador para compreender a importância que as informações extraídas da contabilidade (SELL, 2004; FREZATTI et al., 2009; CANAN; LACERDA; CARNEIRO JUNIOR, 2015).

A contabilidade gerencial, desde a sua operacionalização, planejamento e execução, se mostra intimamente relacionada e dependente do fator humano, dessa forma o comportamento pode interferir nas escolhas das práticas gerenciais a serem utilizadas para o processo decisório (GUERREIRO; FREZATTI; CASADO, 2006; ALECTORIDIS, 2015). Assim, no ambiente da contabilidade gerencial (ESPEJO et al., 2009; VAZ; ESPEJO, 2015) pode-se perceber que alguns dos profissionais agem de maneira mecanicista e repetitiva. Uma vez que hábitos e rotinas estão legitimados em suas atividades cotidianas, formando uma base cultural sólida e difícil de ser modificada.

O sistema de controle gerencial de uma organização pode ser visualizado nas funções/objetivos do centro de responsabilidade, que pode ser um departamento ou uma unidade na organização que é supervisionado por um gerente ou responsável. Nessa perspectiva, a organi-

zação é vista como um conjunto de centros de responsabilidades, que possuem uma posição hierárquica no organograma (ANTONY; GOVINDARAJAN, 2006).

A contabilidade no contexto das cooperativas (LIMA, 2005; RODRIGUES; SILVA, 2015) utiliza-se de formas e nomenclaturas específicas. Porque exige dados que não são existentes em outras sociedades. Nas cooperativas as demonstrações contábeis apresentam os resultados financeiros e os resultados das atividades sociais. Uma vez que o objetivo do sistema cooperativo e o objetivo da contabilidade é relatar informações úteis aos que estão envolvidos, externa e internamente, o controle de informações claras é de suma importância, em especial, para a tomada de decisão.

Canan, Fedato e Caetano (2010) afirmam que os sistemas hierárquicos tendem a serem mais complexos nas cooperativas uma vez que esse tipo de empreendimento se trata da organização de pessoas, no qual o retorno é distribuído de acordo com a produção. No controle gerencial de cooperativas os cooperados são controladores e subordinado às normas da organização, tais normas são estabelecidas nas Assembleias Gerais. O grupo de pessoas que são responsáveis pela administração da cooperativa (Conselho de Administração) e os fiscais (Conselheiros Fiscais) devem ser eleitos, também, em Assembleia Geral. Canan, Fedato e Caetano (2010) citam ainda a Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Lima (2005) expõe que no Balanço Patrimonial de uma cooperativa a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados são denominados de Sobras ou Perdas à disposição da Assembleia Geral. As sobras do exercício, após as destinações legais e estatutárias, são colocadas à disposição da Assembleia Geral para deliberação, que podem ser distribuídas entre os cooperados de acordo com a sua produção de bens e serviços. Do mesmo modo que as perdas líquidas, quando os fundos são insuficientes para cobrirem-na, são rateadas entre os cooperados, não devendo haver saldo pendente ou acumulado de exercício anterior.

Pochmann (2004) e Bastos e Araújo (2015) discutem as distintas mudanças nas medidas de empreendimentos capitalistas denotam o surgimento de relacionamentos mais diretos, como o entre a empresa capitalista e a organização não-capitalista. Desse modo, nota-se que a influência mútua, a correlação e a interdependência dessas diferentes formas de organizações tornaram-se evidentes. Um empreendimento solidário (SINGER, 2002; CARDOZO et al., 2015) não acompanha a separação entre trabalho e detenção dos meios de produção, assim a divisão de trabalho é feita de modo igualitário e os elementos de produção seguem, mutuamente, as atividades estabelecidas.

Para Ladeia, Carvalho e Faria (2009), a formação de grupos alternativos aptos a gerar trabalho e renda fundamentados nos preceitos da economia solidária não se enquadra em uma empreitada de nível simples. Para que haja o desenvolvimento desses agrupamentos é necessário que políticas variáveis liguem-se tendo em vista um único propósito: solidificar a economia solidária, o cooperativismo.

As cooperativas de reciclagem (MARTINS, 2011; BASTOS; ARAÚJO, 2015; CARDOZO et al., 2015) representam um modelo de empreendimento econômico solidário que, no contexto urbano, é um dos segmentos mais mobilizados e engajados na geração de trabalho, renda, inclusão social e sustentabilidade. Tais cooperativas se caracterizam como um modelo de produção que é organizada de forma autônoma pelos trabalhadores na produção de bens e serviços.

As operações de reciclagem (GODOY, 2005) evidenciam que a criação de cooperativas integra a cadeia produtiva do setor, tecem uma emaranhada rede social e mobilizam stakeholders. Os cooperados precisam se articular com os geradores de resíduos, como as donas-de-casa, empresas e indústrias, para que estas separem os materiais seco (recicláveis que serão coletados pela cooperativa) dos materiais molhados (não recicláveis, coletados tradicionalmente). Outro ponto a ser destacado é que a viabilidade de cooperativas de reciclagem depende também do

envolvimento de parceiros que deem suporte às atividades do empreendimento.

As perspectivas econômicas são muito mais favoráveis para cooperados do que para catadores individuais, uma cooperativa de reciclagem tem melhor condição de negociação, por sua organização e pelo volume de materiais e, principalmente, pela ausência de atravessadores. Uma cooperativa de reciclagem valoriza o trabalho, o trabalhador e a qualidade de vida, impede a ação dos intermediadores, e retornam aos cooperados o resultado de sua produção (SILVA, 2007; BASTOS; ARAÚJO, 2015; CARDOZO et al., 2015).

Ainda Godoy (2005) ressalta que as cooperativas de reciclagem agem como centrais de beneficiamento primário de materiais recicláveis recolhidos nas residências, estabelecimentos comerciais, condomínios e empresas. Com a aprovação da lei que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2 de agosto de 2010, novas fontes de financiamento público estão previstas.

Singer (2002) alega que a modalidade básica da economia solidária é cooperativa (LADEIA; CARVALHO; FARIA, 2009) de produção. Porque, grande parte das cooperativas nasce de maneira informal, cuja finalidade de sua atuação é de apoiar os catadores autônomos das cidades. Pochmann (2004) cita a aspiração pela “sinergia coletiva”, cuja junção das atividades de campos, mesmo que diferentes, impulsionam o desenvolvimento de produção e renda, o caso de cooperativas de coleta seletiva.

A fundamentação teórica sobre a contabilidade gerencial e cooperativa de reciclagem é o pano de fundo da pesquisa, a seguir são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa realizada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objeto de estudo deste artigo é o cenário organizacional da contabilidade gerencial na COOREPA – Cooperativa Recicla Paranaíba. O tipo de pesquisa é descritivo, para Cooper e Schindler (2003), a pesquisa descritiva procura descrever um fenômeno ou suas características associadas, estimar proporções de uma população que tenham essas características e descobrir associações entre as diferentes variáveis. Hair Jr. et al (2005) apontam que os estudos descritivos com frequência são confirmatórios, ou seja, são usados para confirmar hipóteses.

Utilizou-se o estudo de caso (YIN, 2010) qualitativo como estratégia de pesquisa (EISENHARDT, 1989; GODOY, 2010). O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que pode ter um caráter tanto exploratório, quanto descritivo ou explanatório. Estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que busca compreender a dinâmica presente em cada cenário, geralmente esta estratégia combina métodos de coleta de dados e pode ser utilizado para conseguir uma descrição.

A COOREPA foi escolhida como caso para este estudo por ser a única cooperativa de reciclagem do estado de Mato Grosso do Sul, que está vinculada à – Organização das Cooperativas Brasileiras de Mato Grosso do Sul - OCB/MS. Além disso, a cooperativa ganhou o prêmio Santander Universidade Solidária, e teve reconhecimento nacional quando participou da Gincana SWU Impacto Zero.

O método qualitativo é mais subjetivo que o quantitativo, ele examina e reflete as percepções para obter um entendimento de atividades sociais e humanas (COLLIS; HUSSEY, 2005). A abordagem qualitativa é uma opção do pesquisador e se justifica por ser uma maneira de entender a natureza de um determinado fenômeno social, e também há de se considerar que determinadas questões de pesquisa exigem uma conotação qualitativa (RICHARDSON, 2008). Para este estudo descreve-se: 1) Histórico da COOREPA; 2) Responsáveis e Controlados e 3) Principais Decisões Gerenciais. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: análise documental, registros, entrevistas informais e observação. Yin (2010) ressalta as características de cada uma

- **Documentação:** este tipo de informação pode tomar uma variedade de formas, tais como: minutas de reuniões, relatórios escritos de eventos, documentos administrativos, registros internos, estudos formais ou avaliações, recortes de notícias e outros artigos que apareçam na mídia;
- **Registros em arquivos:** são arquivos de uso público, registros de serviços, registros organizacionais, orçamentos, registros pessoais, dados de levantamento e até mesmo mapas e gráficos. Estes registros podem ser importantes e se tornam objeto de recuperação extensa e de apresentação de dados quantitativos;
- **Entrevistas:** são conversas guiadas, provavelmente fluidas, não rígidas. A entrevista em profundidade é um tipo de entrevista em que o pesquisador pergunta aos respondentes-chaves sobre os fatos de um assunto. A entrevista pode exigir um longo período de tempo e em mais de uma ocasião;
- **Observações diretas:** trata-se de uma oportunidade quando se tem acesso ao ambiente, dessa maneira a observação pode ser formal, a partir de um protocolo de observação de uma determinada atividade, ou mesmo informal, quando o pesquisador faz observações durante a visita de campo e outras ocasiões, como as das entrevistas.

Os documentos analisados foram: Estatuto Social, Regimento Interno, Livro de Atas de Assembleia Geral, Livro de Ata do Conselho Fiscal, Livro de Ata do Conselho Fiscal, Livro de Matrículas, Sistema Mensal de Controle Financeiro, Ficha de Matrícula dos Cooperados de todo o período de atuação da COOREPA. Utilizaram-se como registros em arquivos os dados do Balanço Patrimonial e das Demonstrações do Resultado do Exercício, além dos relatórios finais dos projetos de extensão desenvolvidos na COOREPA pela UFMS/CPAR no período de 2010 a 2012.

Ainda sobre a coleta de dados foram entrevistados todos os membros do Conselho Administrativo (Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor Administrativo) e dois conselheiros fiscais, além de o representante da OCB/MS e do contador da COOREPA (utilizou-se um roteiro semiestruturado). As observações ocorreram semanalmente, entre os meses de abril 2011 a novembro de 2012, não foi realizado um protocolo de observação.

Para a análise dos resultados Miles e Huberman (1994) reforçam que o processo de codificação geralmente pode ser acrescentados pensamentos subsequentes. O pesquisador pode verificar a necessidade de coletar mais dados e pode também perceber se o que estava originalmente nas anotações não está de maneira distorcida é, portanto, uma oportunidade para o pesquisador refletir, incluir novos questionamentos e fazer correções se necessárias. A análise de conteúdo permite a captura de informações da perspectiva dos respondentes (ROESCH, 2009), trata-se de uma metodologia que analisa o conteúdo dos discursos de diferentes linguagens, trata-se de compreender o sentido manifesto ou oculto da comunicação (SEVERINO, 2007).

Uma vez apresentados os procedimentos metodológicos, os resultados da pesquisa são apresentados no tópico a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entende-se que para descrever o contexto organizacional da contabilidade gerencial é necessário apresentar o histórico da COOREPA – Cooperativa Recicla Paranaíba; os resultados financeiros; responsáveis e os controlados e as principais decisões gerenciais.

4.1 Histórico da COOREPA

A ideia de se implantar uma cooperativa de reciclagem partiu da Prefeitura Municipal de Paranaíba e do Banco do Brasil. A busca de mais parceiros foi fundamental, o Sebrae e a UFMS/CPAR (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Paranaíba) foram con-



vidados a participarem do processo de formação de um grupo de pessoas interessadas em criarem uma cooperativa. Em novembro de 2009 a COOREPA foi formalizada, vinte e oito cooperados assinaram a ata de abertura. No entanto, as atividades da cooperativa só foram iniciadas em junho de 2010. É interessante destacar o perfil dos cooperados-fundadores que assinaram a primeira versão do estatuto social da cooperativa:

- **Faixa Etária:** as idades variam de 23 a 62 anos. Destes, 40% têm idade variando entre 51 a 60 anos;
- **Gênero:** 25% do sexo masculino e 75% do sexo feminino;
- **Escolaridade:** 70% possuem ensino fundamental incompleto, 10% ensino fundamental completo, 10% ensino médio incompleto e 10% ensino médio completo;
- **Qualificação profissional:** 50% possuem algum tipo de qualificação profissional e 50% não possuem;
- **Renda familiar:** 55% ganham até um salário mínimo, 35% até dois salários mínimos e 10% até quatro salários mínimos (sem incluir a renda obtida na cooperativa, que no primeiro mês de atividades foi em média de R\$ 360,00);
- **Residência própria:** 60% moram em casa própria e 40% moram em casa alugada.

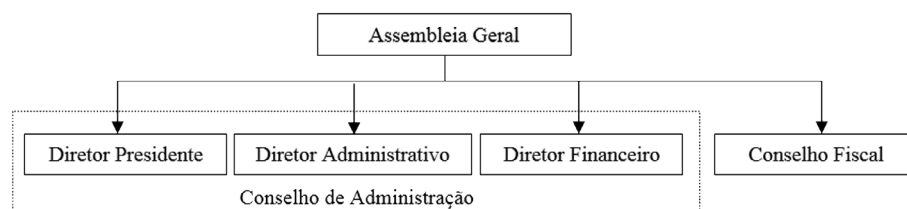
A UFMS/CPAR, por meio de projetos de extensão, tem acompanhado as atividades da cooperativa, promovendo capacitações em processo, treinamentos e oficinas. Tal posicionamento foi assumido devido a uma demanda dos cooperados, observado a inexperience profissional e baixa escolaridade deles.

O objetivo da universidade é construir, com os cooperados, um empreendimento autogestionado, democrático e solidário (POCHMANN, 2004; SINGER, 2002). No âmbito burocrático a OCB-MS (Organização das Cooperativas Brasileiras do estado de Mato Grosso do Sul) é uma instituição parceira que dá suporte jurídico e contábil, é comum a comunicação dos cooperados com o representante dessa instituição para sanar dúvidas e resolver problemas.

A contabilidade da cooperativa é realizada por um escritório, (o contador pode, em nome da cooperativa, acionar o suporte contábil oferecido pela OCB-MS). A UFMS/CPAR, a OCB-MS e o escritório de contabilidade assumem o papel de stakeholders da COOREPA (GODOY, 2005); nesse sentido, tais instituições auxiliam a gestão da cooperativa.

Este estudo tem um enfoque à gestão da COOREPA, para tanto é necessário, expor o organograma da cooperativa (Figura 1).

Figura 1 – Organograma



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo

A Figura 1 mostra o organograma da COOREPA em que a Assembleia Geral é o órgão supremo da cooperativa, seguido do Conselho Fiscal e dos cargos Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro, que compõem o Conselho de Administração. Apesar de ser uma estrutura enxuta, observado que se trata de um pequeno empreendimento, com 20 cooperados, Canan, Fedato e Caetano (2010) expõem que a organização das pessoas é complexa, pois é distribuída de acordo com a produção, inclusive a remuneração.

Destaca-se que a COOREPA ainda não é autogestionada. Ou seja, a tomada de decisões,



que inclui a Contabilidade Gerencial, ainda é acompanhada pela UFMS/CPAR, OCB-MS e também pelo Escritório de Contabilidade. As quais dão suporte quanto à organização de dados financeiros (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Livro de Conta Corrente, Extratos Bancários, Sistema Mensal de Controle Financeiro – relatório das receitas e despesas e pagamento dos cooperados) e quanto aos dados não financeiros (Ficha de Matrícula dos Cooperados, Ata de Assembleia Geral, Ata de Reunião do Conselho Fiscal e Ata de Reunião do Conselho de Administração).

4.2 Responsáveis e controlados

São apresentadas as seguintes variáveis: a) Centro de Responsabilidade; b) Responsável; c) A quem responde; Sobre o que responde; d) Metas e Objetivos; e) Instrumentos de Controle (CANAN; FEDATO; CAETANO, 2010). As cooperativas são regidas pela Lei n. 5.764 (BRASIL, 1971) e pelas diretrizes traçadas em seu Estatuto Social e em seu Regimento Interno.

Para compreender o contexto da contabilidade gerencial da COOREPA é interessante mapear os centros de responsabilidades e identificar os controles usados (Quadro 1).

Quadro 1 – Assembleia Geral: responsáveis e controlados

Centro de Responsabilidade	Assembleia Geral
Responsável	Todos os cooperados
A quem responde	Aos cooperados por meio de informações transmitidas pelo Conselho de Administração, podendo haver possíveis denúncias realizadas pelo Conselho Fiscal.
Sobre o que responde	As ações e decisões do Conselho de Administração devem ser apresentados na Assembleia Geral.
Metas e Objetivos	Prestar contas para os cooperados, tomar decisões que afetam todo o grupo, realização das eleições e decidir sobre assuntos de interesse social.
Instrumentos de Controle	Produto: Ata de Assembleia Geral. Documentos apresentados: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Sistema Mensal de Controle Financeiro – relatório das receitas e despesas e pagamento dos cooperados.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo

A Assembleia Geral Ordinária realiza-se obrigatoriamente uma vez por ano e delibera sobre os seguintes assuntos:

- Prestação de contas do Conselho de Administração, compreendendo o relatório da gestão; balanço geral; demonstrativo das sobras apuradas, ou das perdas; parecer do Conselho Fiscal; plano de atividade da cooperativa para o exercício seguinte;
- Destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas, deduzindo se as parcelas para os fundos obrigatórios;
- Eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- Fixação dos honorários, gratificações e da cédula de presença para os componentes do Conselho e Administração e do Conselho Fiscal;
- Quaisquer assuntos de interesse social.

A Assembleia Geral tanto ordinária quanto extraordinária é o órgão supremo da COOREPA, a convocação para a assembleia pode ocorrer pelo Diretor Presidente, pelo Conselho Fiscal ou ainda por um quinto dos cooperados. Tal convocação ocorre por meio de edital com as informações: nome da cooperativa; CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas; NIRE – Número de Inscrição no Registro de Empresas; local, data e horário da reunião; sequência ordinal das convocações; ordem do dia dos trabalhos; número de cooperados na data da sua expedição, para efeito de cálculo do “quorum” de instalação (pessoas presentes na reunião); e a assinatura do responsável pela convocação.

Os editais de convocação são afixados em locais visíveis das dependências da coop-



erativa, publicados em jornal de circulação local ou regional, ou por meio de outros meios de comunicação. O número de pessoas em uma reunião (quorum) para instalação das assembleias gerais é de dois terços do número de cooperados em condições de votar em primeira convocação; metade mais um dos cooperados em segunda convocação; mínimo de dez cooperados em terceira convocação.

As convocações ocorrem a cada hora. A COOREPA realizou três assembleias: 1) a de Constituição da COOREPA e do registro do Estatuto Social (12 de março de 2010); a Assembleia Ordinária/Extraordinária e registro do Regimento Interno (6 de abril de 2011); a Assembleia Ordinária/ Extraordinária com alteração do Estatuto Social e eleição da diretoria (17 de janeiro de 2012); e a Assembleia Extraordinária com alteração do Estatuto Social (13 de agosto de 2012).

Os trabalhos das Assembleias Gerais demandam de suporte da OCB/MS, deveriam ser dirigidos pelo Diretor Presidente e secretariados pelo Diretor Administrativo. Os ocupantes de cargos sociais, como quaisquer outros representantes de cooperados, não podem votar nas decisões sobre assuntos que a elas se refiram. No entanto, não ficam privados de tomar parte nos respectivos debates. É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre: reforma do estatuto; fusão, incorporação ou desmembramento; mudança de objetivo da sociedade; dissolução voluntária e nomeação de liquidantes; contas do liquidante.

Nas Assembleias Gerais em que é discutido o balanço das contas, o Diretor Presidente da COOREPA, logo após a leitura do relatório do Conselho de Administração, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, solicita ao plenário que indique representante (outro cooperado) para presidir os trabalhos e a votação da matéria. O Diretor Presidente na Assembleia Geral escolhe, entre os representantes dos cooperados, um secretário por sua indicação, para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na Ata. O que ocorre nas Assembleias Gerais deve constar na Ata, circunstanciada, lavrada no livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos, pelo Diretor Presidente, pelo Diretor Administrativo e quem mais dos presentes se interessarem.

As atas são verificadas e registradas na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul – JUCEMS. As deliberações nas Assembleias Geral são tomadas por maioria simples de votos dos cooperados presentes com direito de votar tendo, cada cooperado presente, o direito a um só voto. Entretanto, as decisões das Assembleias Geral perdem valor em quatro anos, desde que viciadas por erro, dolo, fraude, ou simulação, ou tomadas como violação do Estatuto, contando o prazo da data em que a Assembleia tiver sido realizada (Quadro 2).

Quadro 2 – Conselho de Administração – responsáveis e controlados

Centro de Responsabilidade	Conselho de Administração
Responsável	Diretor Presidente
A quem responde	A todos os cooperados nas Assembleias Gerais, e ao Conselho Fiscal nas reuniões, quando solicitado.
Sobre o que responde	Melhores preços, novos compradores, estratégias de coleta, lançamento de dados financeiros, arquivamento de documentos, informações de todas as operações, gestão de pessoas, agilidade no trabalho, gestão de conflitos.
Metas e Objetivos	Fazer cumprir as disposições do Estatuto Social, do Regimento Interno e a decisões das Assembleias Gerais; admitir, suspender e eliminar os cooperados; obter recursos de terceiros para atender os objetivos da cooperativa; organizar e acompanhar os serviços administrativos internos, fixar condições de ocupação de cargos vagos, pagamentos gerais, funções, regalia e deveres, bem como nomear punir ou advertir pessoas; prestar contas a Assembleia Geral ordinária apresentando os relatórios de sua administração; Apresentar ao Conselho Fiscal relatórios mensais e anuais; apresentar mensalmente, aos cooperados, planilhas de receitas e despesas e anualmente o balanço patrimonial aprovado pelo Conselho Fiscal.
Instrumentos de Controle	Produtos: Ata de Reunião do Conselho de Administração, Ficha de Matrícula dos Cooperados, Livro de Conta Corrente, Sistema Mensal de Controle Financeiro – relatório das receitas e despesas e pagamento dos cooperados. Documentos utilizados: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Ata de Assembleia Geral e Extratos Bancários.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo



O Conselho de Administração é o órgão superior na hierarquia administrativa, na COOREPA se reúne bimestralmente, podendo se reunir extraordinariamente quando necessário, as decisões do Conselho de Administração são lavradas em ata. Este conselho é composto de três membros:

- **Diretor Presidente:** supervisiona todas as atividades da Cooperativa; acompanha semanalmente o saldo de caixa. Assina, conjuntamente com o Diretor Financeiro, ou na falta deste, com outro Diretor, cheques bancários, contratos e demais documentos importantes que envolvam obrigações para a Cooperativa. Convoca as reuniões do Conselho de Administração, bem como as Assembleias Gerais. Representa ativa e passivamente a COOREPA em juízo e fora dele, contratando ou consultando advogado sempre que necessário. Acompanha a execução e os resultados do plano de ação da Cooperativa. Presta contas a Assembleia Geral apresentando o relatório de gestão e o balanço geral; participar da elaboração do plano de ação do Regimento Interno.
- **Diretor Administrativo:** assume e exerce as funções da Presidência, caso necessário; secretaria e lavra a atas das reuniões do Conselho de Administração e das Assembleias Geral. Responsabilizando-se pela guarda dos livros da cooperativa, documentos e arquivos referentes; responsabiliza-se pelo o arquivo das correspondências contratos, cadastros e demais documentos da COOREPA. Dessa forma, zelando pela sua guarda e integridade; assinar com o Diretor Presidente, na ausência do Diretor Financeiro, contratos e demais documentos que envolvam obrigações para Cooperativa. Zela pelos bens patrimoniais da COOREPA e pela manutenção do mesmo. Participa da elaboração do plano de ação e do Regimento interno.
- **Diretor Financeiro:** participa da elaboração do plano de ação e do Regimento Interno. Responsabiliza-se pelos serviços da Tesouraria, movimentando a contas da COOREPA, emitindo e endossando cheque, juntamente o Diretor Presidente e, na falta deste, com outros membros do Conselho de Administração. O diretor tem sob sua guarda a responsabilidade todos os valores (caixa, banco) pertencentes à COOREPA. Assina com o Diretor Presidente e, na falta deste, com outro membro do Conselho de Administração, documentos e títulos de créditos, pelos quais resultem responsabilidades financeiras para a COOREPA dede que aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral. Substitui o Diretor Administrativo em suas faltas e impedimentos. Elabora e acompanha um sistema de controle financeiro básico.

Uma vez apresentados os responsáveis e controlados referentes à Assembleia Geral e aos membros do Conselho Administrativo, a seguir é exposto o Conselho Fiscal (Quadro 3):

Quadro 3 – Conselho Fiscal: responsáveis e controlados

Centro de Responsabilidade	Conselho Fiscal
Responsável	Fica sob responsabilidade de três membros efetivos e três suplentes.
A quem responde	Aos cooperados e à Assembleia Geral.
Sobre o que responde	Agilidade na fiscalização dos departamentos, informação, e conferência das demonstrações contábeis e a verificação de possíveis denúncias
Metas e Objetivos	Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da cooperativa; examinar se o montante das despesas realizadas; certificar-se se o Conselho de Administração vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição; averiguar se existem reclamações dos cooperados quanto aos serviços prestados; averiguar se há problemas com empregados; examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes para a Assembleia Geral; dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este a órgãos competentes (OCB-MS) e convocar Assembleia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes; convocar Assembleia Geral, quando houver motivos graves; conduzir o processo eleitoral, coordenando os trabalhos da eleição, proclamação e posse dos eleitos, fiscalizando também o cumprimento do Estatuto Social, Regimento Interno, Decisões de Assembleia Geral e do Conselho de Administração.
Instrumentos de Controle	Produto: Ata de Reunião do Conselho Fiscal. Documentos analisados: Ficha de Matrícula dos Cooperados, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Livro de Conta Corrente, Ata de Assembleia Geral, Ata de Reunião do Conselho de Administração, Extratos Bancários, Sistema Mensal de Controle Financeiro – relatório das receitas e despesas e pagamento dos cooperados.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo

A administração da COOREPA é fiscalizada por um Conselho Fiscal constituído de seis membros, três destes são efetivos e três suplentes, todos representantes dos cooperados eleitos anualmente em Assembleia Geral Ordinária. O Conselho Fiscal tem acesso aos livros, contas e documentos, a empregados, a cooperados e outros. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação mínima de três de seus membros. As reuniões poderão ser convocadas ainda por qualquer dos seus membros, por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

As decisões serão tomadas por maioria simples de votos (considerando a participação de efetivos e suplentes) ou por unanimidade na falta de um dos conselheiros, e contará na ata lavrada em livro próprio lida e aprovada e assinada no final dos trabalhos em cada reunião, pelos conselhos fiscais presentes. O Conselho Fiscal pode contratar assessoramento técnico especializado e valer-se dos relatórios e informações de serviços de auditoria interna e externa correndo as despesas por conta da COOREPA, desde que aprovado pela Assembleia Geral.

Os membros do Conselho Fiscal responderão solidariamente (se responsabilizarão com o Conselho de Administração), com a COOREPA, pelos prejuízos causados aos cooperados ou a terceiros (pessoas ou entidades), resultantes da falta de cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou mesmo com violação da lei, ou do Estatuto. Qualquer cooperativa, para Canan, Fedato e Caetano, (2010) por uma questão legal, é obrigada a elaborar e manter demonstrações gerenciais que contribuam para o processo de planejamento, mensuração e escrituração contábil.

No contexto de cooperativas com poucos níveis hierárquicos, tal como a COOREPA, o controle gerencial tende a se dar de maneira mais informal, o contato direto entre os gestores e os subordinados tende a dispensar controles contábeis burocráticos.

4.3 Principais decisões gerenciais

Nas últimas duas Assembleias Gerais os cooperados decidiram, com base no Balanço Patrimonial apresentado, a integralização das sobras de 2010 (R\$ 1.878,71) e a integralização de 50% das sobras de 2011 (montante de R\$ 10.320,44) e distribuição proporcional dos 50% para os cooperados ativos, conforme aponta Lima (2005) em que a Assembleia Geral delibera sobre a decisão sobre as sobras do exercício. Em reuniões, que ocorrem regularmente entre os cooperados eles decidiram em manter um número pequeno de cooperados, procurar ao máximo evitar a rotatividade e estão verificando como implantar a avaliação de desempenho.

Atualmente, a COOREPA tem uma meta a ser alcançada, que é aumentar a renda de seus cooperados, neste enfoque tem procurado desenvolver ações para atender essa meta, de forma geral citam-se as seguintes ações: busca de novos compradores de materiais recicláveis, conscientização da população (especialmente das empresas) para a separação do lixo seco, ações de motivação dos cooperados e gestão da produção na cooperativa.

A renda dos cooperados está diretamente ligada ao volume de materiais coletados, a implantação da coleta seletiva em todo o município seria o ideal, o que ainda não acontece. Outra meta a ser alcançada é o empoderamento dos cooperados e a autogestão da cooperativa, que concederia a profissionalização para a COOREPA. Os cooperados precisam entender o seu negócio sem depender de parceiros para crescer.

Martins (2011) expõe que um empreendimento autogestionado não há diferença entre patrão e empregado, pois todos os cooperados contribuem com o seu tempo e sua força de trabalho para a construção do objetivo em comum, assim, os sujeitos participam dos processos decisórios e assumem responsabilidades sobre os riscos assumidos. Enquanto a COOREPA não é autogerida, o Escritório de Contabilidade, a OCB-MS e a UFMS/CPAR assumem a posição de parceiros da cooperativa dando suporte às atividades do empreendimento (GODOY, 2005). Nesse sentido, o Escritório de Contabilidade faz a contabilidade da cooperativa e mantém reg-



ular o empreendimento perante os órgãos competentes; a OCB-MS dá suporte burocrático, oferecendo apoio administrativo, contábil e jurídico e a UFMS/CPAR, por meio de projetos de extensão acompanha as atividades da COOREPA.

Além disso, a Prefeitura ajuda a COOREPA enviando os fardos de materiais recicláveis para Campo Grande-MS (onde se encontra o principal comprador) e dá R\$ 3.000,00 mensais para a cooperativa, esse valor é destinado para a locação de um caminhão para que os cooperados colem os materiais em quatro bairros que estão conscientizados, entretanto ainda é muito pouco.

A Prefeitura solicitou um projeto para a COOREPA para a implantação da coleta seletiva em todo município em 2012, com o auxílio da UFMS/CPAR foi entregue o projeto no qual os cooperados solicitam R\$ 10.000,00 para a locação de dois caminhões e o envio de fretes para o principal comprador. O contrato (Subvenção Municipal) ainda não está pronto, entretanto a Prefeitura sinaliza que não acatará as solicitações do projeto.

Em 2010 foi cadastrado no Prêmio Santander Universidade Solidária o projeto: “Cooperativa Recicla Paranaíba (COOREPA): um empreendimento solidário baseado na sustentabilidade”, coordenado por dois professores e com uma equipe de trinta alunos da UFMS/CPAR.

O projeto foi selecionado e a cooperativa recebeu em 2011 o prêmio de R\$ 50.000,00. Este valor foi destinado para a melhoria na infraestrutura com cobertura da quadra, onde ocorre a primeira triagem do material, com uma estrutura metálica e lona; a compra de maquinários (prensa, balança e triturador de vidros) e a compra de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual).

Foi ofertada a oportunidade de se dar continuidade ao projeto, com mais R\$ 50.000,00 em 2012, a universidade com os cooperados decidiram em apresentar uma nova proposta, que também foi aprovada, sendo assim parte desse valor já foi destinado para compra de mais maquinários (elevador de fardos, carrinho com balança, contentores de materiais, máquina de solda e duas mesas de separação de materiais) e mais EPI's.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente cooperativista tem especificidades que o diferem das outras organizações, as principais delas envolvem a solidariedade, democracia e a autogestão, com base nesses três fundamentos foi implantada a COOREPA.

Neste estudo objetivou-se descrever o cenário organizacional da contabilidade gerencial na cooperativa. Entende-se que para se descrever tal cenário foi importante destacar três itens: histórico da cooperativa, responsáveis e controlados e principais decisões gerenciais.

A COOREPA foi inaugurada em junho de 2010, com vinte e oito cooperados. O perfil desses cooperados indica um problema, a baixa escolaridade, este fator é um dificultador para se alcançar a autogestão (que tem se dado por meio de intervenção da UFMS/CPAR). A cooperativa é regida por um Estatuto Social, que define as normas e diretrizes do empreendimento, nesse documento também é descrito o papel dos responsáveis e controlados, destacou-se a Assembleia Geral, o Conselho de Administração (Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor Administração) e o Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral é o órgão supremo da cooperativa, em que são tomadas as decisões que envolvem todos os cooperados. O Conselho de Administração é o que toma as decisões gerenciais mais rotineiras, é responsável pelos controles financeiros e administrativos, os serviços contábeis são de responsabilidade de um escritório.

O Conselho Fiscal averigua o trabalho do Conselho de Administração. Ambos os conselhos ainda não são autogeridos, necessitam de suporte. Desde sua inauguração a COOREPA já tomou importantes decisões (que comumente envolve o aumento da renda), destaca-se que anualmente é necessário decidir o que vai ser feito com as sobras do ano anterior. Se será in-



tegralizado ou se será distribuído entre os cooperados, além das decisões sobre como utilizar valores recebidos. Rotineiramente o Conselho de Administração decide sobre o número de cooperados, contratações, novos compradores, novas estratégias de coleta e ações burocráticas.

Pelo fato de a COOREPA ainda não ser um empreendimento autogestionado, pois demanda de ações da UFMS/CPAR e de outros parceiros para o andamento de suas atividades administrativas, o ambiente que cerca a contabilidade gerencial envolve a universidade, o escritório de contabilidade e a OCB/MS.

A universidade, por meio de projetos de extensão, tem procurado realizar capacitações em processo, envolvendo todos os cooperados em atividades administrativas e burocráticas para o alcance da autogestão.

Este trabalho por ser um estudo de caso apresenta a limitação de mostrar a realidade de apenas uma unidade de análise, no caso a COOREPA, sendo assim, é possível encontrar outras configurações em termos de cenário organizacional da contabilidade gerencial.

Para estudos futuros seriam interessantes mais pesquisas sobre a contabilidade no contexto das cooperativas, em especial das cooperativas de reciclagem.

REFERÊNCIAS

ANTHONY, R. N.; GOVINDARAJAN, V. **Sistema de controle gerencial**. São Paulo: Atlas, 2006.

BASTOS, H. M.; ARAUJO, G. C. Cidadania no contexto dos catadores autônomos de materiais recicláveis. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, 2015. DOI: 10.5902/1983465916742.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 20 fev. 2011.

BRASIL. **Lei No. 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Aprova a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União - DOU de 03/08/2010.

CANAN, I.; FEDATO, G. A. L.; CAETANO, A. A. Controle gerencial em cooperativas: estudo de caso em uma cooperativa agropecuária mista no norte matogrossense. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10, São Paulo. **Anais...** FEA-USP: São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/292.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

CANAN, I.; LACERDA, N. P.; CARNEIRO JUNIOR, J. B. A. Usos da contabilidade no controle gerencial em organizações de pequeno porte: o caso de uma instituição de ensino superior. **Revista UNIFESO – Humanas e Sociais**, Teresópolis/RJ, v. 2, v. 2, 2015. p. 140-167.

CARDOZO, B. D. A.; ARAUJO, G. C.; SILVA, C. R.; SILVA, M. A. C. Comprometimento organizacional e gestão de bens materiais e patrimoniais em um empreendimento econômico solidário: um estudo em uma cooperativa de reciclagem. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 15-42, 2015. DOI: 10.1590/1678-69712015/administracao.v16n4p15-42.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005



COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ALECTORIDIS, D. **Interação entre profissionais de contabilidade gerencial e gestão de operações**: uma observação baseada na construção de conhecimento. 88f. 20015. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria Empresarial)- Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research, **Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

ESPEJO, M. M. S. B.; CRUZ, A. P. C.; COSTA, F.; ALMEIDA, L. B. **Revista contabilidade e organizações**, FEARP/USP, v. 3, n. 5, p. 25-43, jan./abr., 2009. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rco/v3n5/03.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2012.

FREZATTI, F.; RELVAS, T. R. S.; NASCIMENTO, A. R.; JUNQUEIRA, E. R. Análise crítica da contabilidade gerencial no Brasil sob a ótica dos professores de Pós-Graduação Stricto Sensu da área. **Brazilian Business Review**, v. 6, n. 3, p. 282-298, 2009.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOY, T. M. P. **O espaço da produção solidária dos catadores de materiais recicláveis**: usos e contradições. 162 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

GUERREIRO, R.; FREZATTI, F.; CASADO, T. Em busca de um melhor entendimento da contabilidade gerencial através da integração de conceitos da psicologia, cultura organizacional e teoria institucional. **Revista contabilidade & finanças**, USP, São Paulo, Edição Comemorativa, p. 7-21, set., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v17nspe/v17nspea02.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2012.

HAIR JR; J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LADEIA, C. R.; CARVALHO, A. M. R.; FARIA, P. B. Planejamento estratégico: ferramenta para o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. F. (orgs.). **Economia Solidária**: tecnologias em reciclagem de resíduos para geração de trabalho e renda. v. 1. São Carlos: Claraluz, 2009, p. 45-55.

LIMA, A. O. A contabilidade nas sociedades cooperativas e nas sociedades empresárias. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, Edição Especial, jul. 2005. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIIInEspecial/a02vIIInesp.pdf>>. Acesso em 4 nov. 2012.

MARTINS, P. G. **Teoria do reconhecimento e economia solidária**: uma proposta de composição entre redistribuição, sustentabilidade e emancipação. 116f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas. Belo Horizonte, 2011.

MILES, M.B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: an expanded sourcebook** California: Sage, 1994.

POCHMANN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Boletim de Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**, n. 24, Ago. 2004. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24g.pdf>. Acessado em: 17 jun. 2012

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. Altas: São Paulo, 2008.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágio, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RODRIGUES, D. R.; SILVA, D. M. Os impactos da interpretação técnica ICPC 14 para as entidades cooperativas: uma aplicação prática. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 15, n. 29, jan./abr. 2015. p. 78-95.

SELL, G. K. **Uma sistemática para inserir a contabilidade gerencial no processo decisório nas pequenas e médias empresas: um estudo de caso**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E. L. C. **Construir e compartilhar o conhecimento: a experiência da Cooperativa de Reciclagem Unidos pelo Meio Ambiente**. 157f. 2007. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)– Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SINGER, P. I. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-129.

VAZ; P. V. C.; ESPEJO, M. M. S. B. Do texto ao contexto: o uso da contabilidade gerencial pelas pequenas empresas sob a perspectiva teórica de Bakhtin. **Revista de Contabilidade e Organização**, n. 24, p. 32-41, 2015.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.